



Violência de gênero contra mulheres e a pandemia de Covid-19: males psíquicos que permanecem

Gender-based violence and the Covid-19 pandemic:
psychological ills that persist

*Jaciara Magalhães Ferreira*¹
*Cláudia Maia*²

RESUMO

Este artigo objetiva discutir os impactos da violência de gênero na saúde mental de mulheres durante a Pandemia de COVID-19 na cidade de Montes Claros/MG. A partir de entrevistas de História Oral, observou-se que as violências levam a sofrimentos psíquicos e devem ser entendidas como um fenômeno social, complexo e multifatorial, de raízes históricas, que se intensifica em conjunturas de crise, como a pandemia.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de Gênero. Mulheres. Pandemia.

ABSTRACT

This article discusses the impacts of gender-based violence on women's mental health during the COVID-19 pandemic in the city of Montes Claros/Minas Gerais. Oral history interviews revealed that violence leads to psychological distress and should be understood as a complex and multifactorial social phenomenon with historical roots that tend to intensify during times of crisis, such as the pandemic.

KEYWORDS: Gender-based Violence. Women. Pandemic

* * *

Introdução

Quando, a partir de dezembro de 2019, a enfermidade provocada pelo novo coronavírus (Covid-19) começou a chamar a atenção dos governos de diversas nações devido à sua alta transmissibilidade, a primeira resposta para se conter a doença e evitar o colapso nos sistemas de saúde foi o

¹ Psicóloga, mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Brasil. E-mail: jaciaramagalhaesmoc@gmail.com

² Doutora em História pela UnB com pós-doutorado pela Universidade Nova de Lisboa. Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos Gênero e Violência (GPEG), docente do Programa de Pós-graduação em História da Unimontes. Brasil. Bolsista de produtividade CNPq. E-mail: claudia.maia@unimontes.br

isolamento social, medida essa que também foi seguida no Brasil. Assim, seguindo regras de distanciamento social, as pessoas se viram obrigadas a permanecerem em suas casas, convivendo apenas com os membros e familiares que ali viviam.

Declarada oficialmente como pandemia pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020 (Brasil, 2020), a Covid-19 também despertou, no Brasil, preocupações com o aumento das desigualdades em diferentes âmbitos, como na economia e na educação. Entretanto, o enfrentamento da pandemia também foi marcado por um crescente número de violências de gênero contra mulheres e meninas que passaram a conviver mais tempo em suas residências com seus companheiros – e também agressores –, visto que serviços públicos, como setores da assistência social, saúde e segurança pública tiveram suas atividades reduzidas ou interrompidas, e a busca por auxílio e redes de apoio ficou dificultada em virtude das medidas de quarentena. É preciso lembrar que as regras de contenção da doença, no Brasil, foram mais intensas nos anos 2020 e 2021, sendo flexibilizadas em 2022, uma vez que as primeiras doses de vacina de combate à Covid-19 surgiram a partir de 2021.

Pesquisas apontam que a violência contra as mulheres deixa marcas severas, levando a sofrimentos psíquicos com inúmeros desdobramentos nas trajetórias de todos os envolvidos. Não raro, são detectadas situações graves de saúde, fruto do sofrimento psicológico decorrente de violências, dentre as quais se destacam: dores crônicas, síndrome do pânico, depressão, tentativa de suicídio e distúrbios alimentares (Silva *et al*, 2007). Se o contexto de pandemia por si só já provocou alterações de humor, como tristeza, ansiedade, depressão, enfrentamento do luto e medo, isso tudo ficou agravado quando o único refúgio – a residência – tornou-se tão hostil quanto o próprio vírus.

Desse modo, este artigo tem por objetivo analisar as violências de gênero e as consequências observadas na saúde mental das mulheres

vitimadas, especialmente no período pandêmico (2020-2022)³.

A análise se deu a partir de relatos colhidos por meio de entrevistas de História Oral realizadas com mulheres assistidas pelo Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM. No tocante a essa metodologia, ela busca dedicar-se à história do cotidiano e da vida privada, à história local e enraizada – é o que assevera o historiador Étienne François (2006). O autor alega que a história oral prefere as visões subjetivas e os percursos individuais, em detrimento do que é generalizado e estabelecido por grupos dominantes. Para ele, por meio da história oral é possível observar os diferentes pontos de vista dos indivíduos, analisar o impacto cultural nas histórias das pessoas e as relações entre os sujeitos; e permite que se estabeleça uma relação original entre historiador(a) e entrevistado(a). Mais ainda, existe uma riqueza de possibilidades ou, como aponta o antropólogo social Jorge Lozano (2006, p. 19), “[...] é um ponto de contato e intercâmbio entre a história e as demais ciências sociais e do comportamento, especialmente a antropologia, a sociologia e a psicologia”. A história oral é, desse modo, um espaço de contato e confluências disciplinares, que permite interpretações qualitativas de processos histórico-sociais. Nas próximas páginas discorreremos sobre as entrevistas realizadas.

Finalmente, ressaltamos também que as violências não são causadas pela Covid-19 ou pelo seu confinamento. Uma situação de crise, como a que foi provocada pela pandemia, só fez ampliar um fenômeno que está enraizado em nossa sociedade há bastante tempo. As dores, por sua vez, permanecem marcadas e são tão profundas que ficam difíceis de serem apagadas. Este artigo versará, em um primeiro momento, sobre o contexto pandêmico no cenário brasileiro e montesclarenses, e os dados de violências registrados naquele período. A seguir, discorreremos sobre como contextos de crise podem

³ Este artigo resulta de pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto “Violência contra mulheres e a ação estatal no contexto de crise pandêmica” (APQ-3352-22), realizado com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) à qual registramos nossos agradecimentos.

inflamar conflitos intrafamiliares e também apresentaremos a nossa metodologia mais detalhadamente, bem como as mulheres que colaboraram com esta pesquisa. Por fim, apresentaremos a análise de algumas entrevistas. Como não caberá tudo no espaço deste artigo, destacamos aqui alguns dos tópicos observados.

1. Os números e o que eles não mostram

No Brasil, de acordo com Bohnenberger e Bueno (2021), o ano de 2020, período com maior rigidez no isolamento social para conter a propagação da Covid-19, foi marcado pela redução de praticamente todas as notificações de crimes em delegacias de polícia em todo o país. Em contrapartida, houve um aumento no número de medidas protetivas concedidas, no número de feminicídios, de homicídios de mulheres e de ligações para o 180 e para as polícias militares. Naquele ano, o Brasil registrou, no primeiro semestre, 1,9% a mais no número de feminicídios que no mesmo período de 2019 (FBSP, 2020). A central nacional de atendimento à mulher, ou Ligue-180, registrou um crescimento de 34% das denúncias entre março e abril de 2020 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Tais fatos podem supor que o convívio mais constante com seus agressores e a impossibilidade de acessar serviços de acolhimento contribuíram para o aumento da violência e para a diminuição dos registros oficiais durante o isolamento imposto pela pandemia de Covid-19.

Por conseguinte, em 2021 houve importantes mudanças na legislação brasileira de forma a ampliar as possibilidades legais de proteção às mulheres, conforme apontam Martins, Lagreca e Bueno (2022). Segundo as autoras, esse ano, caracterizado por parte da retomada das atividades rotineiras em meio à melhoria nos índices de transmissão da Covid-19 e da queda de mortes decorrentes da doença, apresentou uma diminuição nos feminicídios, mas um aumento nos números de diversos outros crimes (lesão corporal dolosa, ameaças, assédio sexual e importunação sexual) e nos

números de medidas protetivas concedidas, de denúncias e de chamadas de emergência.

Em 2022, ano com mais ampla abertura das atividades rotineiras, principalmente devido à vacinação e à diminuição das mortes em decorrência da Covid-19, os números das denúncias de crimes continuaram a subir, incluindo os casos de feminicídios, como revelam Bueno *et al* (2023). Isso pode sugerir que as mulheres tiveram mais oportunidades de sair do convívio com seus agressores e de buscar serviços de acolhimento, mas a segurança e as medidas de proteção não foram tão efetivas.

Além do que já foi mencionado, o aumento das violências no contexto pandêmico também pode ter sido circunstanciado, de acordo com Pimentel e Martins (2020) e Bueno *et al* (2023), pela ausência de medidas de enfrentamento à violência adotadas pelo governo e pelo desfinanciamento das políticas de proteção às mulheres por parte da gestão do então presidente Jair Bolsonaro que registrou a menor alocação orçamentária em uma década nesse segmento. Também, pelo cenário de crescimento dos crimes de ódio e pela ascensão de ideias e de movimentos ultraconservadores no contexto político brasileiro que, naquele período, haviam combatido com veemência o debate sobre igualdade de gênero. Se não houve uma política de proteção às mulheres, tampouco pensou-se na manutenção de um cuidado contínuo às que já estavam em situação de violência.

Em Minas Gerais os números não foram diferentes das médias nacionais. Apesar de ter se mantido na parte ‘não alarmante’, a região norte desse estado, onde se localiza o município de Montes Claros, também apresentou dados de violência contra as mulheres que merecem ser levados em consideração: os números informam que a violência de gênero se manteve constante durante o triênio de 2020-2022, atingindo especialmente mulheres nas faixas etárias de 18 a 44 anos, em sua maior parte alfabetizadas, pretas e pardas, sendo a própria residência o principal local de ocorrência das violências e parceiros ou ex-parceiros íntimos como maiores perpetradores, o que inclui violência física, psicológica, patrimonial, moral, sexual, entre

outras, como informa o Relatório Estatístico Diagnóstico da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas RISP's (PCMG, 2022; 2023).

Ana Maria de Freitas e João Nether Milo (2023) observaram que houve um crescimento nos casos de violência doméstica no município de Montes Claros (MG) durante o triênio 2020-2022. Segundo os autores, no ano de 2020 foram registrados 2.793 casos, na sua maioria relacionados à ameaça e a vias de fato/agressão (57,6% dos crimes). Em 2021, os registros totais apresentaram um aumento, contabilizando 2.940 ocorrências, tendência de crescimento seguida no ano de 2022 (2.828), prevalecendo os mesmos crimes (ameaça e vias de fato/agressão), com total de 53,32% registrados em 2021 e 52,6% em 2022.

Embora a pandemia seja um fator agravante no que diz respeito à violência de gênero, ela não é a causa explicativa de tal fenômeno. A escolha desse recorte como cenário se deve à evidência trazida por alguns estudos que afirmam que violência doméstica e situações catastróficas estão diretamente relacionadas. Andrew Campbell (2020), por exemplo, informa que o aumento das taxas de violência doméstica relatadas após uma catástrofe natural prolonga-se frequentemente por vários meses após a ocorrência do evento catastrófico. Períodos de crise e incerteza, ainda que mais silenciosos e ocultos, potencializam os fenômenos de assimetrias de poder que estão na base da vitimização das mulheres em consequência das desigualdades de gênero. Assim, a violência não ocorre aleatoriamente, mas é cultural, étnica e de gênero, e precisa dos corpos para impor sua mensagem.

Além disso, o cenário imposto pelo contexto pandêmico fez emergir outros sentimentos atrelados à insegurança sanitária, financeira, social e a uma titubeante perspectiva para o futuro. A perda de emprego e a diminuição da renda também foram sentidas mais intensamente entre as mulheres, o que tornou mais difícil conseguirem romper com parceiros abusivos ou se esquivarem de relações violentas (Matos; Leone, 2024). Os novos sentimentos se somaram aos já existentes, deixando à mostra as fragilidades das sociedades e dos governos em proteger seus cidadãos e a necessidade, por

parte dos homens, de firmarem sua potência sexual como potência legítima, expressa unicamente por meio de atos de violência. Desse modo, não podemos falar da incidência das violências no período pandêmico sem deixar de mencionar outros aspectos que, direta ou indiretamente, tiveram influência sobre esse fenômeno.

Na conjuntura da Covid-19, em que poder e violência atuaram juntos sobre os corpos (entendidos como) femininos, se, por um lado, mulheres foram alvo de agressões durante o isolamento, por outro, sob o olhar do governo brasileiro daquele momento, não houve meios mais robustos que pudessem demovê-las de tais situações, com poucos investimentos em políticas públicas de prevenção e de proteção às mulheres, associados à reduzida fiscalização das medidas protetivas e à flexibilização e incentivo ao armamento no país. O mesmo podemos afirmar a respeito de Montes Claros. No período, não houve qualquer movimentação, como decretos ou resoluções, voltados para esses temas por parte do governo local. (Prefeitura de Montes Claros, 2020; 2021; 2022). E a vivência nesses cenários pode ser potencialmente adoecedora.

2. O emaranhado das violências: contextos de crise, opressões e sofrimento mental

Frente à complexidade que a análise do trio ‘violências de gênero/saúde mental/Covid-19’ nos impõe, alguns aspectos que compõem a estrutura do sofrimento mental de mulheres, especialmente em contextos críticos, chamam a nossa atenção.

Lourdes Bandeira (2017) discorre sobre o modo como as violências emergem quando os sistemas de controle são abalados e crimes ocorrem nas relações pessoais e íntimas motivados por razões diversas, como o ódio, o desprezo, a insubordinação feminina ao desejo masculino, o descontrole das emoções e os sentimentos de perda de prestígio viril ou da ‘propriedade’ da mulher. Lídia Souza e Rita Farias (2022) pontuam que o aumento das violências no contexto de isolamento social pela pandemia de Covid-19 é um

reflexo da sociedade machista e patriarcal em que vivemos, que reforça o modelo hegemônico de masculinidade construído com base em significados que associam o sexo masculino à força e ao poder.

Neste ponto, entendemos a violência de gênero como uma forma de violência que,

(...) encontra seus fundamentos na cultura/sociedade patriarcal e consiste em ações e condutas baseadas em representações de gênero que causam morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, seja no âmbito público ou privado. É uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres (Maia, 2020, p.50).

Ela também engloba outras formas de violência baseadas no gênero, como o feminicídio, a lesbofobia, a homofobia, a transfobia, assim como as violências física, psicológica e sexual direcionadas às pessoas LGBTQIAPN+ em razão do seu gênero. Por mais que este estudo tenha um enfoque nas violências direcionadas a mulheres, especialmente em contexto doméstico, não podemos perder de vista o conceito mais amplo que a violência de gênero possui.

Na expansão da nossa discussão, é essencial também mencionarmos o considerável número de mulheres que buscaram atendimentos psicológicos clínicos com demandas relacionadas a violências, abusos, ameaças e outros tantos sofrimentos associados aos seus relacionamentos com maridos, companheiros e namorados. Na medida do possível, até mesmo no período mais intenso da pandemia provocada pela crise sanitária da Covid-19, mulheres recorreram a esses cuidados voltados para as suas vivências de opressão, e cujas histórias deixaram profundas marcas que ultrapassaram o físico e se inscreveram em sua saúde mental.

Outro ponto a ser destacado é que as mulheres vitimadas estão sujeitas a diversas consequências físicas, emocionais, comportamentais e psicológicas, como estresse, baixa autoestima, obesidade, mutilações, dificuldades de relacionamentos, drogadição, entre outros, o que significa que as violências podem repercutir por um longo período após sua ocorrência. Assim, as

violências de gênero, quando não retiram a vida, comprometem-na. As consequências ultrapassam a dimensão individual, afetam relações familiares e sociais, produzem isolamento social e prejuízos no exercício de atividades laborais e no acesso ao cuidado.

Quanto a esse aspecto, apresentamos aqui alguns resultados de um estudo realizado na cidade de Montes Claros/MG com 11 mulheres assistidas pelo Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM)⁴, que sofreram diversas violências pelos seus companheiros. A pesquisa, que objetivou observar o impacto das violências na saúde mental dessas mulheres, especialmente no contexto pandêmico, utilizou a História Oral de Vida como método. Foi elaborado um roteiro semiestruturado que abordava questões referentes a períodos anteriores, concomitantes e posteriores à pandemia. O primeiro contato com as colaboradoras foi por telefone quando foi feito o convite para participar da pesquisa e oferecida a opção de realizar a entrevista no CRAM, na Unimontes ou algum local indicado por elas; a maioria preferiu a primeira opção, por se tratar de um espaço onde se sentem seguras; somente uma delas optou por fazer a entrevista na própria residência. As entrevistas, que foram gravadas em aparelho de áudio, ocorreram no período de 22 de maio de 2024 a 12 de junho de 2024 e duraram em média 100 minutos cada uma.

As mulheres que participaram da pesquisa foram selecionadas pela coordenação do serviço entre aquelas que já haviam passado pelo Plano de Acompanhamento Pessoal, bem como participado de algumas atividades grupais envolvendo todas as assistidas, e encontravam-se em condições de falar sobre suas experiências traumáticas, aceitando participar da pesquisa.

⁴ O CRAM é uma estrutura essencial que apoia ações de prevenção e enfrentamento à violência de gênero, procurando mitigar a desigualdade e o sofrimento vivenciados pelas mulheres e suas famílias (Brasil, 2011). No município de Montes Claros/MG, o CRAM foi criado a partir de uma ampla mobilização da Rede de Enfrentamento à violência contra Mulheres de Montes Claros (REVICOM) por meio do do Decreto Municipal nº 4.162, de 11 de janeiro de 2021 (Prefeitura de Montes Claros, 2021), e inaugurado no dia 03/02/2021 no contexto da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) (MAIA, 2025, p.341-243).

Todas elas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, necessário para a validação dos documentos, e ficaram à vontade para interromper a entrevista em qualquer momento ou se recusar a falar a respeito de assuntos que ainda lhes incomodavam. Em algumas entrevistas havia apenas uma entrevistadora; em outras, as duas pesquisadoras estavam presentes. Como primeira abordagem, levamos um vaso de flores como forma de agradecimento e demonstração de carinho. Isso foi importante, tanto para a “quebra do gelo”, quanto para o princípio de uma relação de confiança que ali se estabelecia. Conversávamos inicialmente sobre coisas aleatórias para, após esse momento, iniciarmos a gravação.

Sobre a nossa metodologia, a história oral, Marta Rovai e Naira Castelo Branco (2017) a consideram um movimento que possibilita a publicização de vivências, sejam elas dolorosas ou não, mas com toda a subjetividade que somente quem está ofertando a sua narrativa consegue transmitir. Ligada às questões de gênero, é uma forte aliada no registro das mulheridades e da compreensão de suas experiências, projetando caminhos de enfrentamento de seus traumas. De acordo com José Carlos Meihy (2006), o seu emprego deve ser naquele espaço onde os documentos convencionais não atuam, sinalizando segredos, detalhes, ângulos pouco ou nada prezados pelos documentos formalizados por um saber acadêmico que se definiu longe das políticas públicas.

Neste artigo aqui apresentado, selecionamos para análise os relatos de quatro das entrevistadas que tiveram maiores incidências da violência durante o período recortado para este estudo. A fim de preservarmos o anonimato delas, os nomes reais foram trocados por fictícios; também omitimos nomes de pessoas e lugares que pudessem identificá-las⁵.

3. Covid-19 e a pandemia do sofrer

⁵ Como critério para atribuição de nomes fictícios às colaboradoras, optamos por nomes de cantoras conhecidas.

Narrar as próprias vivências dolorosas é mais do que um ato de coragem. As histórias que as mulheres, colaboradoras desta pesquisa, nos confiaram representam atos de resistência, visto que não só chamam a atenção para algo que reiteradamente se apresenta na nossa sociedade, como também trouxeram enorme contribuição social e acadêmica. O ato de falar vai de encontro ao silêncio que lhes é constantemente estabelecido.

O primeiro relato que trazemos é o de **Clara**. Ela nos concedeu a entrevista em sua residência no dia 24 de maio de 2024; estava na ocasião com 45 anos de idade, e ficou casada por 26 anos. Toda a sua vivência com o ex-marido foi de muito abandono, como, por exemplo, a negligência sofrida quando quase perdeu a vida por causa de uma hemorragia após um parto complicado. Naquele momento, o ex-marido não queria que ela recebesse sangue e, após a alta hospitalar, exigia que ela mantivesse as atividades da casa e o cuidado com o filho, mesmo que a recomendação médica fosse de absoluto repouso.

O seu ex-marido, que trabalhava viajando, não deixava dinheiro ou alimentos para ela e para o filho, o que fazia com que ela buscasse se manter com os programas sociais do governo federal para pessoas de baixa renda (Bolsa Família, auxílio gás, etc), mas perdeu os benefícios, após ele ter utilizado o CPF dela, de forma não consentida, para abrir uma empresa e fazer dívidas. Por causa disso, sua principal fonte de renda passou a ser a venda de produtos de catálogo.

Na pandemia esse cenário piorou, pois além de não poder sair, Clara e o filho foram proibidos de se vacinarem.

Clara: Não existiu pandemia para *fulano*. A vida dele continuou do mesmo jeito. Ele continuou fazendo o serviço dele, continuou viajando do mesmo jeito... quando a vacina saiu foi um problema porque ninguém podia tomar essa vacina que ‘era um dano, um veneno que alguém tava planejando pra matar todo mundo’... alguma coisa do tipo, assim, alucinador...

E: E como é que você e seu filho fizeram? Vocês tomaram a vacina escondido?

Clara: Eu fui a primeira da fila (risos). [...] mas só que ele (ex-marido) foi obrigado, porque teve uma época que para ele ter acesso a esses lugares, o povo ficava na portaria exigindo o comprovante e ele era impedido de entrar, aí ele não teve jeito, eu acredito que ele tomou, ou então ele conseguiu convencer o povo lá (Clara, 2024).

De modo semelhante, **Marisa** também nos relata que não somente ela foi impedida de tomar a vacina, mas a sua filha também. Para o seu ex-marido, apenas ele e o filho estavam autorizados a se imunizarem contra a Covid-19. Ela, que na ocasião da entrevista (27 de maio de 2024) estava com 43 anos, nos relatou que sofreu violências, inclusive por parte de familiares dele, que a chamavam de “prostituta”. Certa feita, ela foi empurrada pela sogra quando estava grávida do filho; em outra situação de igual gravidade, ela foi esganada pelo ex-marido durante uma discussão do casal, chegando a perder a voz: “Perdi minha voz totalmente. [...] Eu tentei ligar para a polícia, mas não saía voz. [...] Eu falava, mas a pessoa do outro lado não ouvia... derrubou a linha” (Marisa, 2024).

Como é possível observar, as relações de poder e de desigualdades se mantiveram em andamento no período de isolamento da Covid-19. Os homens autorizaram, a si mesmos, a possibilidade de circularem publicamente mesmo quando o aconselhamento era de que os cidadãos se mantivessem o maior tempo possível em suas residências. As restrições desse período, não só aquelas impostas pelos governos para a contenção da doença, mas também os cerceamentos ocorridos às mulheres no espaço das casas, tiveram graves consequências que indiscutivelmente deixaram marcas.

Precisamos destacar que, tanto com Clara quanto com Marisa, a proibição de tomarem as vacinas também surge como mais uma ferramenta de controle. Mais do que isso, a proteção que a vacinação poderia proporcionar à sua saúde também estava em jogo.

Para Joan Scott (1995), a organização concreta e simbólica da vida social ocorre por meio de aparatos que permitem pensar como os sujeitos podem conduzir suas vidas, apenas baseando-se na diferença dos gêneros. Assim, na vida cotidiana de Clara, inclusive durante a pandemia, o seu

isolamento era uma imposição, enquanto que ao seu ex-companheiro lhe era possibilitado acesso aos diversos espaços, exceto quando uma força maior lhe atravessava, como ocorreu quando precisou tomar a vacina para continuar acessando lugares e serviços.

Emanuele Marques *et al* (2020, p. 2) reafirmam que a crise sanitária, econômica e social trazida pelo período e suas necessárias medidas de enfrentamento tiveram como consequência o aumento do trabalho doméstico e do cuidado com crianças, idosos e familiares doentes. “Restrições de movimento, limitações financeiras e insegurança generalizada também encorajam os abusadores, dando-lhes poder e controle adicionais”.

Em oposição à ausência de voz, **Clementina** é aquela mulher que, em suas palavras, gosta de falar alto. Sua risada podia ser escutada desde a recepção do CRAM, local onde nossa entrevista ocorreu em 07 de junho de 2024. Mas nem sempre foi assim. Natural de Montes Claros/MG, ela estava com 57 anos no momento do nosso encontro e contou que foi casada por 36 anos com o pai de seus dois filhos. Como consequência desse relacionamento de agressões, não só por parte do ex-marido como também do sobrinho dele, Clementina desenvolveu uma série de transtornos psicológicos, como TOC (Transtorno Obsessivo Compulsivo) com foco em limpeza, o que a fez perder bastante cabelo e lhe gerou problemas de pele pelo excesso de banhos tomados ao longo do dia, além de também ter relatado episódios de automutilação. Segundo ela,

Você se acostuma tanto quando você sofre com a violência, que você acaba acreditando e acostumando com tudo aquilo que você está vivendo. Aí você se culpa... ‘Não fui uma boa esposa, não fui uma boa mãe... onde foi que eu errei?’ E essa culpa vai só piorando cada vez mais. [...] Aí você vai afundando cada vez mais na depressão... [...] Eu não comia. Tem caso que o paciente come muito, mas no meu caso era tomar banho. Eu tomava tanto banho que meu corpo feriu, o cabelo caiu praticamente todo (Clementina, 2024).

A culpa é uma palavra bastante mencionada nas entrevistas. O questionamento encontra-se, primeiramente, naquilo que se acredita como

sendo o “papel da mulher, da esposa, da mãe” e se esses papéis estão sendo bem desempenhados. Cláudia Maia (2020, p. 56) aponta como as mulheres são constituídas por um modelo idealizado em que elas devem assumir uma posição de submissão como esposas dedicadas, mães amorosas, altruístas e resignadas, sendo responsáveis pela harmonia e pela ordem da família. Por sua vez, o oposto disso, o “desajuste familiar”, recai sobre elas em forma de uma “culpa” socialmente imposta, o que inclui o comportamento violento do marido. “Ou seja, se ele age de forma violenta foi porque a esposa deu motivos”.

A ideia do que é ser “mulher”, “mãe” e “esposa” é histórica e não natural, ou seja, ela induz o corpo a se conformar com uma noção histórica e cultural, a se materializar obedecendo o que é esperado dele. E nessa expectativa há a constante observância sobre si e sobre a execução eficiente das próprias condutas. Foi essa ideia que passava por Clementina. Após as agressões, o seu primeiro pensamento era de que aquilo havia ocorrido por culpa sua, por não ter cumprido seus papéis de mãe e de esposa corretamente.

No relato de **Elza**, o isolamento social imposto durante a pandemia trouxe mais do que inseguranças em relação à enfermidade da Covid-19; a preocupação com a sobrevivência encontrava-se em outro lugar:

Durante a pandemia eu sofri horrores, misericórdia! Nossa! [...] Horrível demais, muita violência. Nossa! Eu chorei demais. A menina (filha) tinha ido embora e eu tava sozinha com aquele monstro lá dentro daquela casa. E ele bebia, saía cedo, bebia, chegava duas horas, comia, jogava comida pra todo canto, no chão, sabe? E olha, tava na pandemia, não podia ter nada aberto, mas um bar pra beber... ele tinha, achava pra beber. [...] Tinha dia que eu comia, dia que eu não comia... (pausa) eu sofria abuso, sofria violência... (inaudível) eu tava no meu quarto ali, ele me pegava na força, porque eu já não tinha força mais (Elza, 2024).

Na construção do patriarcado, “a masculinidade é o paradigma da sexualidade; e masculinidade significa domínio sexual. O “indivíduo” é um homem que faz uso do corpo de uma mulher (propriedade sexual); o contrário é muito mais difícil de imaginar” (Pateman, 1993, p. 72). No caso de Elza, o

ex-marido se julgava no direito de abusá-la, como um objeto habitualmente disponível para quando ele quisesse.

A depressão e a ansiedade, transtornos muito citados, e comumente mencionados por pessoas em situação de violência, provocam disfunções cognitivas e psicomotoras, problemas de sono, humor depressivo, dificuldades na vida social, afetiva, laboral, entre outros aspectos. Segundo Silva *et al* (2007), muitas vezes as sequelas psicológicas são tão graves que destroem a autoestima da mulher, expondo-a a um risco mais elevado a apresentar transtornos mentais, tais como depressão, fobia, estresse pós-traumático, tendências ao suicídio e consumo abusivo de álcool e drogas.

Nesse esteio, é importante mencionar que medicamentos frequentemente avolumam as prateleiras das pessoas que sofrem violências. Os impactos na saúde mental de mulheres e o uso disparado de psicotrópicos em consequência das violências deveriam ser analisados como um grave problema de saúde pública. Joana Brito (2020) chama a atenção para o fato de que não há muitas pesquisas sobre esse assunto e a consequência disso é a carência de intervenções que poderiam qualificar e orientar, de modo mais efetivo, as ações dos serviços públicos de saúde mental no tocante aos problemas de gênero.

Considerações Finais

Analisar as violências perpetradas contra mulheres em contextos de crise, como foi a pandemia de Covid-19, e as consequências que os diversos tipos de agressões provocam em sua saúde mental, no âmbito da produção acadêmica e científica, tem importante contribuição no enfrentamento desse fenômeno, mesmo que este não seja um tema novo. Os efeitos que são produzidos pelo ato de pesquisar são o ponto de partida para se desconstruir e refletir a respeito das relações de desigualdade. A percepção dos efeitos na saúde mental de pessoas vitimadas por violências também pode contribuir na formulação de políticas públicas e na promoção de saúde e de direitos para as

mulheres, bem como em intervenções psicológicas sustentadas por evidências empíricas de efetividade.

Se a violência de gênero é uma expressão das desigualdades que estão presentes em diferentes aspectos, do público ao privado, em uma situação de crise, como a pandemia da Covid-19 (2020-2022), essa manifestação se torna mais evidente. Além do impacto direto da pandemia, o contexto revelou fragilidades sociais e políticas, evidenciando a falta de respostas eficazes do governo brasileiro, que limitou-se a campanhas superficiais, sem abordar o problema como uma violação de direitos humanos. Em Montes Claros/MG, não houve, por parte do poder público, qualquer manifestação de combate a esse fenômeno.

Mulheres estão mais vulneráveis aos impactos sociais, econômicos, culturais e de saúde durante uma calamidade, sobretudo quando esta se instala em um cenário social historicamente estruturado pelas desigualdades de poder e assimetrias de gênero.

Ao utilizarmos a História Oral como método para captar as experiências subjetivas, enfatizamos, também, a importância do diálogo com a Psicologia, para se compreender a complexidade das violências e seus efeitos na saúde mental, reconhecendo a diversidade das formas de violência, a necessidade de múltiplas perspectivas para seu enfrentamento e de um olhar mais amplo sobre a ação social em contextos de crise, relacionando as dimensões sociais, de saúde e de violência de gênero.

A História Oral vai além da simples coleta de documentos, pois envolve a escuta atenta, sensível e ética das vozes das mulheres, valorizando seus relatos como formas legítimas de conhecimento e resistência. Essa metodologia permite conhecer não só os fatos, mas também as relações de poder, as subjetividades e os sentidos produzidos por meio da linguagem e das práticas discursivas.

Quando mulheres em situação de violências nos trazem suas histórias, elas também estão ali mostrando que permaneceram, resistiram e

sobreviveram. Falar (e escutar a respeito) das violências é, desse modo, e, principalmente, fazer alusão à vida.

Fontes Orais

CLARA. Entrevista concedida a Jaciara Magalhães Ferreira. Montes Claros/MG, Brasil, 24 mai. 2024. 2h44min03s. Acervo do Observatório de Violência de Gênero.

CLEMENTINA. Entrevista concedida a Jaciara Magalhães Ferreira. Montes Claros/MG, Brasil, 07 jun. 2024. 1h36min36s. Acervo do Observatório de Violência de Gênero.

ELZA. Entrevista concedida a Jaciara Magalhães Ferreira e Cláudia Maia. Montes Claros/MG, Brasil, 28 mai. 2024. 1h42min. Acervo do Observatório de Violência de Gênero.

MARISA. Entrevista concedida a Jaciara Magalhães Ferreira. Montes Claros/MG, Brasil, 27 mai. 2024. 2h19min16s. Acervo do Observatório de Violência de Gênero.

Referências

BANDEIRA, Lourdes M. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: STEVENS, Cristina *et al.* (orgs). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik, 2017.

BOHNENBERGER, Marina. BUENO, Samira. Os registros de violência sexual durante a pandemia de covid-19. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo, 2021. p. 110-117. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em 22 fev. 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. *OMS classifica coronavírus como pandemia*. Brasília: Ministério da Saúde, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/oms-classifica-coronavirus-como-pandemia>. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/PactoNacional_livro.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

BRITO, Joana C. S. *A saúde mental de mulheres em situação de violência doméstica*. Orientadora: Maria do Carmo Eulálio. 2020, p. 83. Dissertação

(Mestrado em Psicologia da Saúde) – Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2020. Disponível em:

<https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/3954/2/PDF%20-%20Joana%20Christina%20de%20Souza%20Brito.pdf>. Acesso em 19 ago. 2025.

BUENO, Samira *et al.* O crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo, 2023, p. 136-145. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em 08 mar 2025.

CAMPBELL, Andrew M. An Increasing Risk of Family Violence during the Covid-19 Pandemic: Strengthening Community Collaborations to Save Lives. *Forensic Science International: Reports*, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.fsir.2020.100089>. Acesso em 20 ago. 2025.

Diretoria de Estatística e Análise Criminal da Superintendência de Informações e Inteligência Policial da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (Brasil). *Diagnóstico da violência doméstica e familiar contra a mulher nas Regiões Integradas de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - 2º Semestre de 2021*. Belo Horizonte: PCMG, mar. 2022. Disponível em: <https://www.policiacivil.mg.gov.br/media/get/documento/3865408>. Acesso em 19 ago. 2025.

Diretoria de Estatística e Análise Criminal da Superintendência de Informações e Inteligência Policial da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (Brasil). *Diagnóstico da violência doméstica e familiar contra a mulher nas Regiões Integradas de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - 2º Semestre de 2022*. Belo Horizonte: PCMG, mar. 2023, p. 137. Disponível em: <https://www.policiacivil.mg.gov.br/media/get/documento/3865408>. Acesso em 19 ago. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Nota Técnica Violência Doméstica durante a Pandemia de COVID-19*. São Paulo, 16 abr. 2020. Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Decode. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/05/violencia-domestica-covid-19-v4.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2024.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da História Oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006, p. 3-13.

FREITAS, Ana M. L; MILO, João N. Z. Violência doméstica contra a mulher em Montes Claros – MG – entre os anos de 2020 a 2022. In: PAPA, Helena A. *et al.* V Seminário Nacional de Pesquisa em História Social: Diálogos entre História Social, Ensino de História e História Pública (5:2023: Montes Claros). Anais de evento, v. 1, 2023, p. 363-368. Disponível em: <https://eventospghunimont.wixsite.com/vseminario>. Acesso em 18 out. 2024.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. *Práticas e Estilos de Pesquisa na História Oral*

Contemporânea. In: AMADO, Janaína et al (orgs.). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006, p. 15-25.

MAIA, Cláudia J. Uma pandemia de longa duração: violência de gênero contra mulheres. *Mosaico*, v.3, p. 219-231, 26 nov. 2020. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/8681/>. Acesso em 19 ago. 2025.

MAIA, Cláudia. Tecendo rede para salvar vidas: breve história da Rede

de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - REVICOM. In: MAIA, C.; ROSALEN, E.; MAIA, R. *Violência de Gênero no norte de Minas: perspectiva histórica e interseccional*. Teresina: Cancioneiro, 2025, p.227-254.

MARQUES, Emanuele S. *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 36, nº 4, p. 1-6, 2020. Acesso em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/7421>. Acesso em 19 ago. 2025.

MARTINS, Juliana; LAGRECA, Amanda; BUENO, Samira. *Feminicídios caem, mas outras formas de violência contra meninas e mulheres crescem em 2021*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/feminicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contrameninas-e-mulheres-crescem-em-2021/>. Acesso em 04 ago. 2024.

MATOS, Joyce L; LEONE, Eugenia T. O trabalho remunerado da mulher na pandemia. *Texto para discussão*. Unicamp, Campinas, n.466, p. 1-13, ago. 2024. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD466.pdf>. Acesso em 17 mar. 2025.

MEIHY, José Carlos Sebe. Os Novos Rumos da História Oral: O Caso Brasileiro. *Revista de História*, v. 155, n. 2. Universidade de São Paulo, p. 191-203, 2006.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PIMENTEL, Amanda; MARTINS, Juliana. O impacto da pandemia na violência de gênero no Brasil. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo, 2020, p. 38-42.

PREFEITURA DE MONTES CLAROS (Brasil). *Decreto nº 4162, 11 de janeiro de 2021*. Institui o Centro de Referência em Atendimento a Mulheres em Situação de Violência – CRAM, no âmbito do município de Montes Claros/MG. Montes Claros: Portal Montes Claros, 2021. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/decreto/com-numero/decreto-n-4162-11-de-janeiro-de-2021>. Acesso em 19 ago. 2025.

PREFEITURA DE MONTES CLAROS (Brasil), *Decretos covid-19*. Montes Claros: Portal Montes Claros, [2022]. Disponível em:

<https://portal.montesclaros.mg.gov.br/decretos-covid-19>. Acesso em 19 ago. 2025.

ROVAI, Marta O; CASTELO BRANCO, Naira A. Romper o silenciamento: narrativas femininas sobre violência de gênero e desvitimização. *In*: ROVAI, Marta de Oliveira (Org.). *História oral e história das mulheres*: rompendo silenciamentos. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p.143-162.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*. Porto Alegre, 20(2), p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 19 ago. 2025.

SILVA, Luciane L. *et al.* Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v.11, n.21, p.93-103, jan/abr 2007. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/bvsms/resource/pt/lil-446962>. Acesso em: 19 ago. 2025.

SOUZA, Lídia J; FARIAS, Rita C. P. Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de Covid-19. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 144, p. 213-232, maio/set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/RWf4PKDthNRvWg89y947zgw/?lang=pt>. Acesso em 19 ago. 2025.

Recebido em outubro 2025
Aprovado em janeiro de 2026.